



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0003750-10.2013.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil**
Requerente: **Jeferson Henrique Ramalho**
Requerido: **Banco Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter celebrado contrato de financiamento de automóvel com a ré, devolvendo a ela o veículo posteriormente por falta de condições ao pagamento das parcelas ajustadas.

Alegou ainda que mesmo assim a ré o incluiu perante órgãos de proteção ao crédito sem tomar providência concreta para a apuração de eventual débito em aberto, muito embora tivesse garantido que nada mais lhe cobraria quando recebeu o veículo.

Almeja à condenação da ré ao pagamento de indenização para ressarcimento dos danos morais que experimentou.

A pretensão deduzida não prospera.

Com efeito, o documento de fl. 21 foi expresso ao consignar que não obstante a entrega amigável do veículo levada a cabo pelo autor ele se comprometia a liquidar o saldo remanescente da dívida, na forma do art. 1.366 do Código Civil.

Firma-se por isso a certeza de que já àquela época era de conhecimento do autor sua obrigação em quitar o débito remanescente, de modo que se não o fez a ré tinha lastro a inscrevê-lo junto a órgãos de proteção ao crédito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Essa postura não se revestiu de qualquer irregularidade, portanto.

De outra parte, a alegação de que a ré ao receber o automóvel prometeu que nada mais cobraria do autor e retiraria sua negativação (fl. 04, último parágrafo) não contou com o respaldo de um só dado que lhe conferisse verossimilhança.

É oportuno destacar que foi expressamente salientado que o ônus da prova a propósito era do autor (fl. 62), mas ele não demonstrou interesse em demonstrar o que asseverou no particular (fl. 63).

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, impõe a improcedência da ação, não se entrevedo algum ato ilícito da ré que rendesse ensejo a danos morais ao autor passíveis de ressarcimento.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 18 de novembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA